

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 534.697 - SE (2019/0282790-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ANDRE FERREIRA DE BRITO
ADVOGADO : ANDRÉ FERREIRA DE BRITO - SE006011
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : IZABEL HORA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de IZABEL HORA DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (HC n. 201900306268).

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente no dia 15/1/2018, e posteriormente denunciado, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 157, § 2º, I, II e IV, 163, parágrafo único, II, III e IV, e 288, todos do Código Penal (e-STJ fls. 19/26 e 28/35).

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus*, tendo o Tribunal de origem denegado a ordem (e-STJ fls. 38/46).

Nas razões do presente *writ*, o impetrante sustenta, em linhas gerais, haver excesso de prazo para a formação da culpa.

Assim, requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Os autos foram a mim distribuídos por prevenção do HC n. 498.214/SE.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo a presença do *fumus boni iuris* hábil a justificar o deferimento da tutela de urgência pleiteada. Afinal, de acordo

Superior Tribunal de Justiça

com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios. Da mesma sorte, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, devendo ser realizada pelo julgador uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de medida liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito, mormente no caso de eventual prolação de sentença.

Requeira-se, ainda, **senha para acesso** aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, conceda-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator